

A escolha da profissão docente por estudantes angolanos:

razões e relações com discursos de políticas educativas no pós-guerra

The choice of the teaching profession by Angolan students:
reasons and relations with postwar educational policy discourses

La elección de la profesión docente por los estudiantes angoleños:
razones y relaciones con los discursos de políticas educativas de posguerra

HELENA CANHICI*

Universidade do Porto, Porto, Portugal.

 **CARLINDA LEITE****

Universidade do Porto, Porto, Portugal.

 **PRECIOSA FERNANDES*****

Universidade do Porto, Porto, Portugal.

RESUMO: O artigo foca razões que levam estudantes angolanos a escolher a profissão docente e relaciona essas razões com políticas de educação das últimas décadas. Os dados recolhidos mostram ter havido uma crescente atenção das políticas de educação à formação de professores que se relaciona com as razões que levam os estudantes a escolher a profissão docente. Essas razões apontam, entre outras, para: gosto pela profissão docente; necessidade de o país formar professores

* Licenciada em Ensino de Psicologia pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda, mestrada em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Porto. Atualmente é docente do Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda. *E-mail:* <hcanhici@gmail.com>.

** Professora emérita da Universidade do Porto e professora jubilada convidada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. *E-mail:* <carlinda@fpce.up.pt>.

*** Professora Associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. *E-mail:* <preciosa@fpce.up.pt>.

competentes que contribuem para seu desenvolvimento; necessidade de melhorar a formação para exercer bem a profissão.

Palavras-chave: Políticas educativas. Formação de Professores. Angola.

ABSTRACT: The article focuses on reasons that lead Angolan students to choose the teaching profession, and relates these reasons to educational policies from the last decades. The data collected show that there has been an increasing attention from educational policies in teacher training, which is related to the reasons that lead students to choose the teaching profession. These reasons, among others, point out: the fondness for the teaching profession; the country's need to train competent teachers who contribute to its development; the need to improve training to better act in the profession.

Keywords: Educational policies. Teacher education. Angola.

RESUMEN: El artículo se centra en las razones que llevan a los estudiantes angoleños a elegir la profesión docente y las relaciona con las políticas educativas de las últimas décadas. Los datos recogidos muestran una creciente atención de las políticas educativas a la formación docente, lo que se relaciona con las razones que llevan a los estudiantes a elegir la profesión docente. Estos motivos apuntan, entre otros, a: gusto por la profesión docente; la necesidad del país de formar docentes competentes que contribuyan a su desarrollo; la necesidad de mejorar la formación para ejercer bien la profesión.

Palabras clave: Políticas educativas. Formación docente. Angola.

Introdução

A guerra vivida em Angola depois da independência de 1975, para além de ter causado a morte de milhares de angolanos, prejudicou o avanço do país, que se erguia como nação, nomeadamente pela fuga maciça de muito do tecido humano e pela destruição de boa parte das infraestruturas existentes. A educação, fragilizada pelas políticas implementadas durante a colonização e pela guerra da independência do país, foi degradando-se cada vez mais. No caso da província de Cabinda, por longos anos ficou sem possuir ensino superior, o que justificou o êxodo de muitos jovens em busca de formação superior em outras províncias do país, ou para o estrangeiro, como bolsistas, muitos dos quais também não retornaram (NGUMA, 2005). Sobre esta situação,

Buissa (2016, p. 96) lembra que “a emigração estudantil nem sempre é concebida de modo temporário, pois, frequentemente o estudante não pretende voltar à localidade ou ao país de origem”.

A falta de Universidades no território angolano, e de instituições que cumpram as condições esperadas para um ensino superior, tem sido um *calcanhar de Aquiles*, mesmo depois da criação dos primeiros cursos do ensino superior. Em Cabinda, esta situação tem suscitado vários problemas de que são exemplo: falta de vagas suficientes para responder à procura por candidatos; falta de cursos de especialização para diversas áreas e para as opções de cada candidato; falta de quadros técnicos especializados; falta de laboratórios nas escolas de ensino básico e médio, onde os alunos, futuros professores, devem fazer o contato com a profissão.

Esta situação, que durou todo o período de guerra civil, tem suscitado várias críticas divulgadas por alguns estudos angolanos sobre políticas educativas. No caso da profissão docente, a paz alcançada em 2002 provocou uma nova procura e despertou a classe política e formuladores das políticas educativas para a situação que a educação enfrentava (BEMBE, 2011). Neste movimento, a formação de docentes foi sendo justificada como uma prioridade. A primeira Lei de Bases do Sistema de Educação (ANGOLA, 2001), definida em 2001, determinava que os Institutos Superiores de Ciências da Educação (ISCED) eram as instituições de ensino superior responsáveis pela formação de professores para o II Ciclo do Ensino Secundário da formação média técnica e média normal. Mais tarde, reconhecendo-se que os princípios norteadores desta Lei não se adequavam aos anseios da educação angolana, houve a necessidade de serem introduzidas algumas alterações. Foi assim que em 2016 houve a primeira alteração a essa primeira Lei nº 13/01 (ANGOLA, 2001), pela Lei nº 17/16 (ANGOLA, 2016), e mais recentemente pela Lei nº 32/20, que instituem novas regras para a formação de professores, apontando critérios alinhados ao que é esperado de um profissional docente neste século XXI.

A par destas alterações, também o Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente (ANGOLA, 2018), que abrange o pessoal docente da Educação Pré-Escolar, do Ensino Primário e do Ensino Secundário (geral, técnico-profissional e pedagógico), estabeleceu uma organização sequencial da formação na intenção de atrair para o corpo docente as pessoas com perfil científico, técnico e pedagógico adequado. Esperava-se que acessem a cursos de formação de professores candidatos interessados e empenhados em contribuir para o desenvolvimento do país e capazes de intervirem no sistema educativo de modo a minorar alguns dos problemas nele existentes.

No princípio deste século XXI, Teresa Estrela (ESTRELA, 2002, p. 18), salientando a importância da formação de professores, definia-a como “o início, institucionalmente enquadrado e formal, de um processo de preparação e desenvolvimento da pessoa, em ordem ao desempenho e realização profissional numa escola ao serviço de uma sociedade historicamente situada”. Como se depreende, esta académica portuguesa, mesmo

tendo por referência a educação escolar em Portugal, atribuía aos futuros professores este papel e à formação o início da preparação para um desempenho profissional ao serviço da melhoria das sociedades.

Foi tendo por base estas políticas e por se reconhecer a importância da profissão docente ser escolhida por quem deseja concretizá-la com esta responsabilidade social, que foi realizado o estudo que este artigo apresenta. Esse estudo, depois de uma sistematização de discursos políticos sobre educação em Angola, na fase pós-guerra (2002), quando se referem à formação de professores, recolheu dados que permitissem responder às seguintes perguntas de investigação: Que razões apresentam os estudantes que frequentam cursos de formação inicial de professores para a escolha da profissão? Que relações existem entre esses discursos políticos e a escolha da profissão docente?

A grelha de análise dos dados empíricos recolhidos, e que à frente são apresentados, apoiou-se nas ideias que o ponto seguinte sistematiza.

Educação e formação de professores no século XXI em Angola

No relatório da UNESCO publicado na transição para o séc. XXI (DELORS *et al.*, 1996), que apontava para uma educação deste novo século, o conceito de educação e de aprendizagem ao longo da vida são referidos como uma das orientações a seguir, ultrapassando a distinção tradicional entre educação inicial e educação permanente. Para os autores do relatório, a educação é também uma experiência social, em contato com a qual se vão desenvolvendo relações com os outros e adquirindo bases nos domínios do saber, do saber-fazer, do saber viver e conviver com os outros para saber-ser. Foi talvez neste sentido que Nóvoa, recuando aos primórdios da modernidade escolar, recordou a emblemática frase de Leibniz quando afirmava que “a educação pode tudo” (NÓVOA, 1989, p. 435). Por outro lado, na visão de Schleicher (2018), a educação tem a ver com promover a paixão por aprender, estimulando a imaginação, e desenvolvendo formuladores de políticas públicas independentes que podem formatar o futuro. Como é por esta autora referido, “sem o direito à educação, as pessoas vão definir às margens da sociedade, os países não vão se beneficiar de avanços tecnológicos, e esses avanços não vão se traduzir em progresso social” (SCHLEICHER, 2018, p. 251).

Concordando com esta autora, também nós consideramos que o acesso à educação constitui um bem pessoal e social com enormes repercussões no progresso das sociedades, e que, no quadro desta situação, os professores desempenham um papel preponderante. É igualmente neste sentido que tem sido reivindicada a necessidade dos países e as instituições assegurarem uma formação motivadora e que dê resposta aos desafios reais que os diversos contextos enfrentam. Marcelo García (2001), neste princípio de século, referindo-se ao fato dos professores exercerem a sua atividade numa sociedade de conhecimento e trabalhando

com alunos que vivem no período da revolução tecnológica, interrogava a qualidade das mudanças que estavam a ser introduzidas na formação e defendia que a responsabilidade pela sua adequação não pode recair apenas sobre os professores. A estas ideias, acrescentamos nós, no caso do continente africano, e em particular em Angola, a responsabilidade tem de recair sobre as condições que são criadas para assegurar que a profissão docente seja exercida no sentido do progresso social das populações.

Políticas de formação de professores em Angola na fase pós-guerra: novos discursos pós-guerra

Focando a atenção nas transformações e alterações da educação em Angola, no período pós-guerra que antecedeu 2002, Neto (2005) lembra que, de acordo com políticas adotadas, no período entre 1975 e 1992, isto é, nos primeiros anos da independência, ocorreu o seguinte:

o sistema educacional e a organização escolar perseguiram novos objetivos e subordinado ao projeto do MPLA, criava as condições materiais para a elevação do nível de instrução dos seus residentes, através da criação de escolas onde se alfabetizavam as populações e ao mesmo tempo se instruíam os militares/ guerrilheiros na arte do combate e da produção para a vitória. No entanto, o envolvimento numa guerra sangrenta entre irmãos somente serviu para este retardamento do processo de desenvolvimento do país. Isto pode justificar o atraso causado e os sérios efeitos que se refletem hoje na educação angolana (NETO, 2005, p. 114).

Para NETO (2005), o contexto de desenvolvimento de Angola foi marcado pelo acordo de paz celebrado entre o Governo de Angola, dirigido pelo MPLA, e a guerrilha, dirigida pela UNITA, em 4 de abril de 2002. Recorda o autor que, à data, José Eduardo dos Santos, então presidente do país e do MPLA, afirmou:

É a era de reconciliação e reconstrução nacional, na qual devemos lançar os alicerces sólidos de um futuro risonho para todos os angolanos. Esse futuro que eu considero que já começou e estamos a construir, requer que haja muitos quadros com profundos conhecimentos científicos, competência profissional e espírito patriótico. É fundamentalmente o nosso sistema de Ensino que nos deve fornecer estes homens e mulheres (NETO, 2005, p. 192).

Para o autor a que nos estamos a reportar, essas palavras do presidente da República confirmavam que a educação é, e seria considerada, por qualquer sociedade, como o meio promotor e propulsor essencial do desenvolvimento, pelo qual o MPLA se bateu durante mais de quarenta anos, visando a libertação nacional e social dos povos de Angola, e a formação da consciência nacional através do processo de educação, ensino, instrução e desenvolvimento cultural (NETO, 2005).

Nguluve (2006), ao se referir também à política educacional angolana no período de 1976-2005, assim como à sua organização e desenvolvimento, descreveu as etapas e os critérios de implementação da reforma educacional. Como é por ele assinalado, o primeiro diagnóstico do sistema educacional angolano foi realizado em 1986 e, nesse diagnóstico, foi identificada a necessidade de reformas do sistema educacional implementado em 1978 que, posteriormente, foram implementadas em cinco fases. A primeira fase, chamada de *preparação*, começou em 2002, aquando da obtenção da paz, e continuou até 2012. A segunda fase, chamada de *experimentação*, começou dois anos mais tarde, isto é em 2004, e prolongou-se até 2010. A terceira fase, chamada de *avaliação e correção*, começou em 2004 e também continuou até 2010. A quarta fase, chamada de *generalização*, começou em 2006 e viria a terminar em 2011. Finalmente a quinta fase, que é da *avaliação global*, começou em 2012 e terminou em 2015 (NGULUVE, 2006, p. 135).

Paxe (2014, p. 196), que também se debruçou sobre políticas educacionais em Angola, focando os desafios do direito à educação, sustentou, entre outras, a seguinte ideia: “a educação fundada no direito, para o caso de Angola, para além da função de mercado, defendida com os projetos que dão ênfase na educação profissional, deve propor-se a consolidar o projeto de nação, fundado na valorização da condição humana dos cidadãos”. Para Kutúmua (2016, p. 169), que levanta questões sobre “Políticas, Modelos de Governança e Públicos no Ensino Superior”, o período de 2002 foi um dos mais importantes desta política de educação. Como exemplo, este autor refere que nesse período foi criada a Secretaria de Estado para o Ensino Superior, após a extinção da Direção Nacional do Ensino Superior, que mais tarde, em 2011, deu lugar ao Ministério do Ensino Superior, situação que trouxe novas mudanças.

Mais recentemente, e recorrendo a informações obtidas através do Portal da Agência Angola Press (ANGOP, 2017), em conferência de imprensa, o atual Presidente da República, João Lourenço, afirmou que o programa de governo do MPLA prevê potenciar o sistema de educação e ensino, dotando-o de condições necessárias para cativar a juventude angolana e eliminar a necessidade de estudantes se deslocarem ao exterior do país em busca de formação. Nesta linha, destacou a importância de um investimento interno, que afirmou estar em curso, para a criação de condições que garantissem mais ensino de qualidade, realçando o investimento em infraestruturas e a formação de docentes. Afirmou:

um País é feito de homens, sobretudo de quadros capacitados a transformar a sociedade, daí a razão que o maior investimento se faça precisamente no “homem e não no botão”, realçando ainda de que “temos consciência que se precisa construir muito, mas a primeira construção a fazer-se é o investimento no homem que vai garantir o desenvolvimento da economia e da sociedade angolana em geral (ANGOP, 2017, §3).

O programa do partido do Governo, para o período de 2017/2022, previa a criação de um sistema com mais qualidade, eficiência e integração, envolvendo todos os subsistemas

de ensino, e realçando o subsistema de formação de professores como sendo a ponta do *iceberg* para garantir a referida qualidade, nomeadamente na eliminação do analfabetismo, no cumprimento da escolaridade obrigatória de 9 anos, na expansão da educação pré-escolar, entre outros. Nesse programa propunha-se ainda a elaboração de um plano nacional de formação de professores, que integrasse todos os subsistemas que intervêm na sua formação, que recorresse a uma formação sequencial e estruturasse a avaliação do desempenho docente, capaz de atrair para o corpo docente, a todos os níveis do sistema de educação, pessoas com perfil científico, técnico e pedagógico adequado (ANGOP, 2017).

Metodologia

Considerando as alterações políticas ocorridas em Angola no campo da formação de professores no período pós-guerra, e visando responder às questões que orientaram a investigação, foram inquiridos estudantes do ISCED de Cabinda que se encontravam no último ano do curso de formação inicial para o exercício da profissão docente. Para isso, foi construído e aplicado um questionário com perguntas fechadas, valorizadas em uma escala de Likert de 1 a 4. Essas perguntas focaram razões que levaram os estudantes que ingressaram neste ISCED, a escolher a profissão docente.

As respostas obtidas foram organizadas em torno da categoria *Razões da escolha da profissão docente para o ingresso no ISCED de Cabinda*, que incluiu um conjunto de dez subcategorias. Na sua globalidade, as subcategorias permitem clarificar os motivos enunciados pelos estudantes, futuros professores, para a escolha da profissão docente. A cada uma dessas subcategorias foi atribuída uma letra, associada a um número, que funcionou como código de identificação (A1, B2, C3, D4, E5, F6, G7, H8, I9, J10). O questionário foi respondido por 87 estudantes, de um total de 120 inquéritos distribuídos, e as respostas foram tratadas por uma estatística simples, com recurso ao programa SPSS.

Resultados

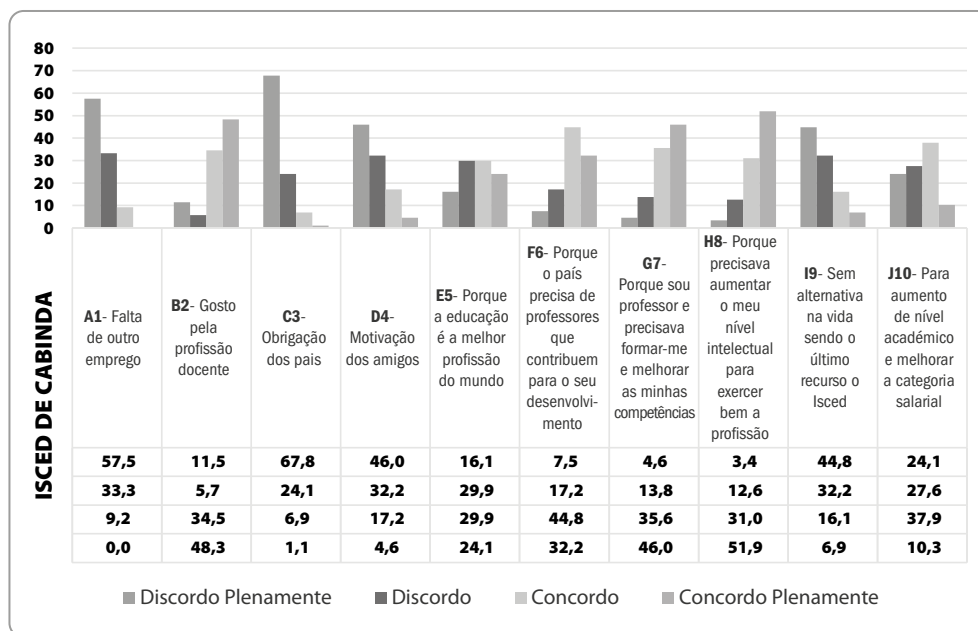
Como já foi referido, as respostas do questionário foram organizadas numa categoria principal, *Razões da escolha da profissão docente para o ingresso no ISCED de Cabinda*, em cursos de formação de professores. Esta categoria principal foi reorganizada em dez subcategorias assim catalogadas:

- (A1) Falta de outro emprego;
- (B2) Gosto pela profissão docente;
- (C3) Imposição dos pais;
- (D4) Motivação pelos amigos;

- (E5) Porque a educação é a melhor profissão do mundo;
- (F6) Porque o país precisa de professores que contribuem para o seu desenvolvimento;
- (G7) Porque sou professor e precisava formar-me e melhorar as minhas competências;
- (H8) Porque precisava aumentar o meu nível intelectual para exercer bem a profissão;
- (I9) Sem alternativa na vida sendo o último recurso o ISCED;
- (J10) Para aumento de nível académico e melhorar a categoria salarial.

O Gráfico 1 permite uma leitura global dos dados sistematizados e congrega as informações das tabelas geradas no programa SPSS, usado para o tratamento estatístico das respostas.

Gráfico 1: Razões da escolha da profissão docente para o ingresso no ISCED de Cabinda



A tendência das respostas dos 87 estudantes, futuros professores, relativamente aos motivos e/ou razões que os levaram a ingressar no ISCED de Cabinda em cursos para a docência, pode ser observada no gráfico 1. Em relação à subcategoria *falta de emprego*, (A1), 57,5% dos estudantes manifestaram discordar plenamente, 33,3% discordaram, e somente 9,2% de estudantes concordam ter escolhido este curso por falta de emprego. Este resultado parece estar em linha com a política de estímulo a uma educação de melhor qualidade, expressa em conferência de imprensa pelo Presidente da República João Lourenço (ANGOP, 2017), na qual se reconhece que, embora haja muito investimento a fazer

na educação, a primeira construção a fazer é “o investimento no homem que vai garantir o desenvolvimento da economia e da sociedade angolana em geral” (§ 4).

A análise do gráfico 1 permite ainda constatar que, relativamente à subcategoria *gosto pela profissão docente (B2)*, 48,3% dos estudantes concordam plenamente e 34,5% concordam que ingressaram no curso de formação de professores por gosto pela profissão, havendo 11,5% e 5,7% que, respetivamente, discordam plenamente ou discordam. Estes dados estão em conformidade com os resultados relativos à subcategoria *obrigação dos pais (C3)*, na qual se constata que 67,8% dos estudantes discordam plenamente que o seu ingresso no ISCED de Cabinda tenha sido por obrigação dos pais e 24,1% discordam. Apenas 6,9% dos estudantes indicam concordar parcialmente, embora também só 1,1% concorde plenamente que a escolha desta profissão teve a ver com a influência dos pais. A análise destes dados permite-nos inferir que a entrada no ISCED de Cabinda para os cursos de formação de professores, foi, para a maioria destes estudantes, uma decisão pessoal e autónoma. Esta constatação pode também ser indiciadora de que a maioria destes estudantes parece reconhecer na profissão docente uma via para a melhoria da qualidade do ensino em Angola. Poder-se-á encontrar aqui também uma articulação entre a visão destes estudantes, futuros professores, e a perspectiva de Nóvoa (1989), quando afirmou, parafraseando Adolfo Lima em 1915, que

o recrutamento dos professores deve, pois, obedecer ao critério de os corpos docentes serem exclusivamente compostos de competências pedagógicas. Deve evitar-se com maior escrupulo, e quando se não tenha podido evitar, remediar, a existência no professorado de indivíduos que são professores por mero acaso e que exercem essa profissão como amadores, à falta doutra que lhes dê mais lucros e que aborrecem, e até odeiam a criança. Sendo por isso, que o recrutamento dos professores não pode ter por base e critério a caça ao emprego público (LIMA, 1915, p. 359, *apud* NÓVOA, 1989, p. 435).

Na mesma linha, situam-se os resultados relativos à subcategoria *motivação dos amigos (D4)* em que a maior parte dos estudantes a que se reporta este estudo discordaram (46,0% dos estudantes discordaram plenamente e 32,2% discordaram) que o ingresso no ISCED, isto é, no curso de formação de professores tenha sido motivado por amigos. No entanto, um número relativamente significativo de estudantes indicou que foi motivado por amigos (17,2% concordam plenamente com esta influência e 4,6% concorda).

Os dados relativos à subcategoria que relaciona o ingresso no ISCED de Cabinda com razões associadas à ideia de que *a educação é a melhor profissão do mundo (E5)* evidenciam idêntica percentagem de estudantes que concordam e que discordam (29,9%, respetivamente) e também um posicionamento muito próximo dos estudantes que concordam e discordam plenamente (24,1% e 16,1%, respetivamente). Estes resultados mostram existir uma certa ambiguidade no que se reporta ao entendimento dos estudantes quanto à educação ser uma das melhores profissões do mundo. Por outro lado, esta ambiguidade pode estar relacionada com o fato de a profissão docente em Angola não ser valorizada

e por haver falta de condições em muitos dos aspetos necessários à sua concretização (LUSSINGA; LEITE, 2015; LUSSINGA, 2016).

Quanto aos motivos associados à subcategoria que justifica a escolha da profissão *Porque o país precisa de professores que contribuem para o seu desenvolvimento (F6)*, os resultados evidenciam uma tendência clara de concordância (44,8% concordam e 32,2% concordam plenamente). Estes resultados parecem indicar um certo descontentamento dos estudantes relativamente ao sistema educativo e à formação de professores na atenção política que tem sido dada a esta questão na última década. Ainda assim há uma significativa percentagem de estudantes a discordarem (17,2% discordam e 5,7% discordam plenamente) de que o país precisa de professores que contribuam para o seu desenvolvimento. Por outro lado, constata-se existir uma certa relação entre estes resultados e os relativos à subcategoria *porque sou professor e precisava formar-me e melhorar as minhas competências (G7)*, com 46,0% de professores a concordarem totalmente e 35,6% a concordarem. Uns e outros dados indiciam, por um lado, que muitos dos estudantes inquiridos já eram professores, embora sem habilitação superior, quando entraram no ISCED. Indicia também que esses estudantes/professores reconhecem que a formação que tinham, e que lhes permitiu aceder à profissão docente, não era suficiente, precisando de ser ampliada (CANHICI; LEITE; FERNANDES, 2019). Estes resultados parecem, pois, validar a preocupação política mais recente de promoção de maior qualidade da formação dos cidadãos angolanos, tal como já foi referido neste artigo. Apesar disso, realça-se o fato de 13,8% de professores discordarem e 4,6% discordarem plenamente, terem escolhido a frequência deste curso para melhorarem as suas competências. De fato, a ideia de melhorar as competências profissionais parece ser significativa se tivermos em consideração que o mundo tem sofrido várias transformações e a escola não pode estar indiferente às mutações da sociedade, tal como foi afirmado por Marcelo García (2001, p. 532):

Nossas sociedades estão envolvidas num complicado processo de transformação. Uma transformação não planificada que está afetando a forma como nos organizamos, como trabalhamos, como nos relacionamos e como aprendemos. Estas mudanças têm um reflexo visível na escola como instituição encarregue de formar os novos cidadãos. Nossos alunos dispõem hoje em dia de mais fontes de informação do que o que ocorria há mais de dez anos. Fontes de informação que, importadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação estão fazendo com que seja necessário repensar as funções que tradicionalmente têm sido atribuídas às escolas e aos professores que a ela trabalham: os professores e professoras.

Em convergência com os resultados das duas anteriores subcategorias podem situar-se também os dados referentes à subcategoria *Porque precisava aumentar o meu nível intelectual para exercer bem a profissão (H8)*. As respostas a esta pergunta mostraram que 52,9% dos respondentes concordam plenamente, e 32,2% concordam. Estes dados tornam bem evidente que os estudantes/professores ingressaram no ISCED com a intenção de ampliar a formação que tinham, ou seja, melhorarem a qualificação para o exercício

da profissão docente. Somente 12,6% dos estudantes discordaram e 3,4% discordaram plenamente de que precisavam de mais formação para exercer bem a profissão.

No que respeita à subcategoria que associou a escolha da profissão docente à razão *sem alternativa na vida sendo o último recurso o ISCED (I9)*, 44,8% dos estudantes discordaram plenamente e 32,2% discordaram, o que demonstra que a motivação destes estudantes no ingresso no ISCED não é entendida como alternativa de vida, ou seja, estes resultados estão em linha com dados os dados relativos à anterior subcategoria (H8). No entanto, é importante ter em consideração nestas respostas a percentagem de estudantes que concordaram e que concordaram plenamente (6,9% e 16,1%, respectivamente) de que o ingresso no curso de formação para a docência resultou de não terem outra alternativa na vida. Realça-se que estas respostas podem estar relacionadas com a faixa etária de estudantes, situada nos intervalos de 26 a 30 anos e de 31 a 35 anos, idades em que se regista a maior procura de emprego em Angola.

Finalmente, na subcategoria que relaciona a escolha do curso de formação de professores no ISCED *para aumento de nível académico e melhorar a categoria salarial (J10)*, a tendência das respostas é maioritariamente de discordância (24,1% discordaram plenamente e 27,6% discordaram), embora 37,9% dos estudantes tenha concordado e 10,3% concordado plenamente que a escolha da profissão docente se deve a esta razão. Tendo em conta esta percentagem de respostas, pode inferir-se que o aumento salarial associado à progressão na carreira possa ser também um motivo que mobilizou um número significativo dos estudantes para a escolha do curso.

Considerações finais

Como foi expresso, os discursos políticos sobre educação em Angola na fase pós-guerra (2002), quando se referem à educação e à formação de professores, apontam para a necessidade de uma intervenção capaz de resolver as situações de fragilidade em que a educação no país se encontrava nessa fase pós-guerra (BEMBE, 2011). Apontam igualmente para o espírito patriótico que, no caso de Angola, ainda mais se justifica por se esperar que a educação contribua fortemente para o desenvolvimento do país. No desejo de ser conseguido um sistema de qualidade, e como neste artigo foi evidenciado, é reconhecido que a formação de professores constitui a ponta do *iceberg* para o concretizar.

Dos professores em geral é esperado, neste séc. XXI, o domínio de conhecimentos e competências que lhes permitam adequadamente atuar face à complexidade das situações que atravessam os quotidianos e o mundo. Esta terá sido uma das razões que levou à implementação, em Angola, do Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente (ANGOLA, 2018), abrangendo desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário, e que, como se referiu, estabeleceu uma organização sequencial da formação orientada por princípios alicerçados nos quatro pilares da aprendizagem para o séc. XXI (DELORS,

et al., 1996, p. 19), isto é, em que seja valorizado o aprender, o aprender a fazer, o aprender a viver com outros para aprender a ser. Esta nova filosofia de formação teve, como se mencionou, a intenção de atrair para cursos de formação de professores estudantes com perfil científico, técnico e pedagógico adequados a esta nova missão. Esperava-se que acessem aos cursos de formação de professores candidatos interessados e empenhados em contribuir para o desenvolvimento do país e capazes de intervirem no sistema educativo de modo a minorar alguns dos problemas nele existentes (NETO, 2005).

Foi tendo por referência esta ideia que foi realizado o estudo de que este artigo dá conta e que recolheu dados para responder às perguntas de investigação: Que razões apresentam os estudantes que frequentam cursos de formação inicial de professores para a escolha da profissão? Que relações existem entre essas razões e discursos políticos sobre educação em Angola quando se referem à formação de professores?

A análise das respostas permitiu concluir que uma das principais razões que levou os estudantes a ingressar no curso de formação de professores do ISCED de Cabinda se relaciona com a consciência que parecem ter de que o país precisa de melhorar a qualidade da formação inicial de professores. Reconhecem também, nessas respostas, ser necessário que os professores melhorem as suas competências para conseguirem desenvolver com mais qualidade a profissão docente. Talvez por esta razão muitos dos respondentes que já são professores tenham investido na melhoria da sua formação, ingressando, por isso, no ISCED de Cabinda. Cabe neste grupo, e nesta leitura, o elevado nível de respostas (82.8%) que apontam como razões para o ingresso no ISCED o *gosto pela profissão docente*.

Face a estes dados, parece poder depreender-se existir uma certa relação entre o que é enunciado pelas políticas de educação, que apontam para a importância da qualidade da formação de professores, e o grau de motivação e razões que levam estes estudantes a escolherem cursos orientados para a docência. Apesar disso, é importante que o ISCED de Cabinda tenha em consideração os dados deste estudo por forma a conseguir desenvolver em todos os estudantes este compromisso com o progresso positivo da sociedade angolana. Esta atenção, como é evidente, é particularmente relevante quando se pensa nos estudantes, futuros professores, que justificaram ter escolhido um curso de formação para a docência não por razões de compromisso social.

Recebido em: 03/12/2020 e Aprovado em: 26/02/2021

Referências

- ANGOLA. *Decreto presidencial nº 205/18, de 3 de Setembro de 2018*. Aprova o Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente. Luanda: Diário da República de Angola.
- ANGOLA: João Lourenço reafirma aposta na educação e ensino. *Portal da Agência Angola Press (ANGOP)*, Luanda, 14 jul. 2017. Disponível em: https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2017/6/28/Angola-Joao-Lourenco-reafirma-aposta-educacao-ensino,03f87702-0866-4aaa-9cf8-09556c3dacc7.html. Acesso em: 20 nov. 2020
- ANGOLA. *Lei nº 13/01, de 31 de Dezembro de 2001*. Lei de Bases do Sistema da Educação (LBSE). Luanda: Diário da República de Angola.
- ANGOLA. *Lei nº 17/16, de 07 de outubro de 2016*. Nova Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, que estabelece os princípios e as bases gerais do Sistema de Educação e de Ensino – Revoga a Lei nº 13/01, de 31 de dezembro e toda a legislação que contrarie o disposto na presente lei (LBSEE nº 17/16). Luanda: Diário da República de Angola.
- ANGOLA. *Lei nº 32/20, de 12 de agosto de 2020*. Altera a Lei nº 17/16, de 7 de outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Revoga a Lei nº 13/01, de 31 de dezembro, e toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei, adita os artigos 124º-A, 124º-B e 124º-C, e republica a referida Lei. Luanda: Diário da República de Angola.
- BEMBE, Miguel Domingos. Análise do processo de paz no enclave de Cabinda. *Caderno de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 20, p. 27-54, jul. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cea.140>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- BUISSA, Inês. *Memórias de um curso de formação de professores de Matemática no Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda/Angola (1998-2009)*. 2016. 432 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AKBH5P>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- CANHICI, Helena; LEITE, Carlinda; FERNANDES, Preciosa. A formação inicial de professores em Angola: perceções de professores do ISCED de Cabinda e do Huambo. *Educa - Revista Multidisciplinar em Educação*, n. 6, v. 14, p. 37-68, abr./jun. 2019.
- DELORS, Jacques *et al.*. *Educação um tesouro a descobrir*: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o séc. XXI. Porto: Edições ASA, 1996.
- ESTRELA, Maria Teresa. Modelos de formação de professores e seus pressupostos conceptuais. *Revista de Educação*, Lisboa, v. 11, n. 1, p. 17-28, 2002.
- KUTÚMUA, Martinho Bangula. *O ensino superior angolano: políticas, modelos e governança e públicos (estudos na Província de Benguela)*. 2016. 245 f. Tese (doutorado) – Departamento de Sociologia, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/14471>. Acesso em: 17 jul. 2020.
- LIMA, Adolfo. O recrutamento de professores. *Revista de Educação Geral e Técnica*, série 111, n. 4, p. 359, abr. 1915.
- LUSSINGA, Albertina. *Formação de professores no sistema educativo em Angola: uma análise focalizada na formação inicial de professores de Biologia e de Geografia no Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo*. 2016. 323 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/85413>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LUSSINGA, Albertina; LEITE, Carlinda. A formação inicial de professores em Angola: um estudo focado nos cursos do ensino de Biologia e Geografia do Isced do Huambo. *Revista Lúmen*, v. 24, n. 1, p. 11-31, 2015.

MARCELO GARCIA, Carlos. Aprender a ensinar para la sociedad del conocimiento. *Revista Complutense de Educación*, Madrid, vol. 12, n. 2, p. 531-593, 2001. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=650138&orden=1&info=link>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MPLA. *Programa do governo do MPLA para 2017/2022*. Disponível em: <http://www.mpla.ao/eleicoes.1/programas.4.html>. Acesso em: 20 nov. 2020.

NETO, Manuel Brito. *História e educação em Angola: do colonialismo ao movimento popular de libertação de Angola (MPLA)*. 2005. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/252396/1/BritoNeto_Manuel_D.pdf. Acesso em: 27 jun. 2020.

NGULUVE, Alberto Kapitango. *Política educacional angolana (1976-2005): organização, desenvolvimento e perspectivas*. 2006. 218 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05062007-115100/publico/DissertacaoAlbertoKapitangoNguluve.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

NGUMA, Víctor. *Reflexões sobre a colonização em Cabinda*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2005.

NÓVOA, António. Profissão: professor. Reflexões históricas e sociológicas. *Análise Psicológica*, Lisboa, v. 7, p. 435-456, 1989.

PAXE, Isaac, Pedro Vieira. *Políticas educacionais em Angola: desafios do direito à educação*. 2014. 217 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade S. Paulo, São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01102014-101718/publico/ISAAC_PEDRO_VIEIRA_PAXE.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

SCHLEICHER, Andreas. *World Class: how to build a 21st-century school system. Strong performers and successful reformers in education*. 2018. Paris: OECD Publishing, Paris. DOI:10.1787/9789264300002-EN.